

Em busca dos direitos perdidos

Texto: Mariana Leal

Fotos: André Telles

Pai Pedro, MG – No distrito de Taperinha, Nicolau Quaresma, 70 anos, vive com a filha e cinco netos em uma pequena propriedade. No quintal, uma criação de porcos, galinhas e uma vaca resistem à insolação implacável da caatinga.

Assim como seu pai, seu avô e bisavô, ele nasceu ali mesmo, no vale do Rio Gorutuba, região ocupada há séculos por ex-escravos fugidos que formaram uma comunidade quilombola. Nos quilombos, os ex-escravos cultivavam a terra de forma comunitária, o que continuou mesmo após o fim da escravidão no país, em 1888.

Há cerca de cinco mil pessoas vivendo em vinte e sete comunidades negras distribuídas ao longo dos 50 km do Rio Gorutuba, um vale cuja paisagem é composta pela vegetação seca da caatinga e se estende por sete municípios no Norte de Minas Gerais. Descendentes de ex-escravos viviam e exploravam livremente as terras da região, com plantio de arroz, feijão, mandioca, milho e criação de animais soltos.



Perto de sua casa, em um pequeno lote, Nicolau planta mandioca e espera as chuvas para começar a plantar feijão. A mandioca colhida não vai mais para a mesa da



família. A pequena casa de farinha nos fundos de sua casa está desativada. "Não vale a pena, tenho que pagar alguém para trazer a mandioca para cá e para torrar. No final das contas, ninguém quer pagar o preço justo", conta.

A renda familiar é composta pela aposentadoria de um salário-mínimo como agricultor, pelo o que consegue produzir e em seu lote e vender e pelo benefício social que a filha recebe, o bolsa família. "Antes de me aposentar eu trabalhava muito mais, a situação está muito difícil", diz.

Nicolau conta com a colaboração de outros agricultores para tocar sua plantação. Após a colheita, a mandioca é triturada no desintegrador alugado da Associação Quilombola com talos, folhas e a raiz para virar ração para gado e aves. O produto é dividido entre os que trabalharam, uma opção para quem não quer ganhar menos de quatro dólares para trabalhar o dia todo na enxada nas fazendas da região. Ele é um dos poucos que possui terra para plantar, um dos trinta agricultores familiares beneficiados com um lote no processo de reforma agrária conduzido pelo Incra na década de 70.

A terra que antigamente era comum, foi tomada de forma violenta no final da década de 60. "Eles tomaram a terra na grilação em 69. Compraram as terras dos coitados e cercaram todo o resto. Aqui não tinha engenho, nada. Antigamente, os documentos não eram de cartório", conta Nicolau.

A violência deixou marcas em praticamente todas as comunidades quilombolas. Em Lagoa do Barro, no município de Jaíba, a alguns quilômetros da casa de Nicolau, Paula de Oliveira, 45 anos, ainda se lembra do dia em que teve que deixar a casa onde vivia com sua mãe e avós. Ela tinha nove anos de idade e não entendia o que estava acontecendo com sua família e seus vizinhos. "O pessoal chegou aqui com uns papéis para o povo assinar dizendo que era para renovar a escritura das terras. Naquela época, o povo aqui era meio abestalhado, não sabia ler, não entendiam. Assinaram. Quando esse pessoal voltou, tomou as terras e botou todo mundo para fora", lembra.



As terras começaram a ser cercadas, as famílias foram sendo expulsas e suas casas derrubadas.



A expulsão da terra foi somente a primeira das privações que a comunidade iria enfrentar dali em diante. O rio passou a ser utilizado para irrigar monoculturas de frutas. A água que antes era usada para consumo doméstico e nas pequenas lavouras se tornou escassa e poluída por fertilizantes. "Hoje no leito do rio só tem mato", conta Paula.

Paula é mãe solteira de dezesseis filhos, nove ainda vivem com ela. Há dez anos, todos os dias ela sai de casa para trabalhar como merendeira na escola Marechal Floriano, a única da região que oferece ensino médio. A merenda, uma caneca de leite e bolachas, é um dos momentos mais esperados pelas crianças da escola.

Sozinha, ela sempre teve que se virar para conseguir manter a família. "Nunca tive vergonha de pedir. Para criar meus filhos, teve vezes que fui de casa em casa pedindo um arroz, um pouco de óleo, Sempre fui a mulher e o homem da casa", conta.

Além do salário mínimo que recebe todo o mês pelo trabalho como merendeira, Paula recebe um benefício do bolsa família e uma

cesta básica com 20 kg de alimentos enviada pelo Ministério do Desenvolvimento Social para a Associação Quilombola. Ela ainda ajuda a manter dois de seus filhos na cidade de Jaíba, os outros cinco vivem em Belo Horizonte. "As moças trabalham como domésticas e o rapaz é cabeleireiro", conta.

Apesar de trabalhar na escola, Paula só sabe escrever o próprio nome, assim como a maior parte das pessoas de sua idade e mais velhas. "Aqui não tinha escola e quando passou a ter, não tinha dinheiro para comprar o material", conta.

A água consumida pela família, assim como em toda a comunidade, é proveniente de poços artesianos e para que seja bombeada para as cisternas¹ é preciso pagar a conta de luz.

Para Paula é comum chegar ao final do mês endividada, com as panelas vazias e devendo dinheiro na quitanda. "Estou quase deixando os meus filhos passarem fome, pois tenho uma conta de luz para pagar e não tenho como", diz.

Em seu pequeno quintal, a terra está revolvida à espera da chuva para o plantio de feijão e milho. Com a ajuda dos filhos, ela cria galinhas, caprinos e cultiva árvores frutíferas, mas somente o umbuzeiro se mantém frondoso, a árvore sagrada da caatinga resiste a secas duradouras, fornece frutos, sombra e ainda é usada como remédio.

Território e Identidade

Paula e Nicolau são considerados lideranças na comunidade e guardiões da tradição do terço e do batuque, manifestações culturais típicas da cultura negra local.

Nicolau participou ativamente do processo de investigação que resultou no reconhecimento dos gorotubanos como descendentes de quilombolas. "Em 2002, chegou aqui um moço que ficou seis meses entrevistando todo mundo, gravou um monte de fitas",

¹ A maioria das famílias quilombolas possuem cisternas para a coleta de água da chuva, construídas por meio de uma parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Articulação do Semi-Árido.

recorda. O "moço" era Aderval Costa Filho, atualmente coordenador da Comissão Nacional de Povos Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Social.



O resgate da identidade quilombola modificou a organização da comunidade. Ações de formação e capacitação de lideranças resultaram na criação de um Conselho Consultivo Gorotubano e da Associação Quilombola. Apoiados pelo Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e por uma rede de solidariedade, os quilombolas começaram a participar diretamente da luta pelo acesso aos direitos básicos e pela retomada de seu território.

A mobilização em torno da identidade quilombola fez com que as 27 comunidades rompessem o isolamento e atuassem de forma conjunta em busca de maior atenção por parte de seus respectivos governos municipais. "Nós somos descendentes dos africanos, a terra do quilombo não é dividida, é comum, é igual era antigamente", conta Nicolau.



Apesar das mudanças, Nicolau não acredita que vai viver para ver a devolução das terras griladas. "Mas não tenho muita fé que esse trem saia, as terras estão na mão dos fazendeiros. Os advogados comeram o dinheiro dos pobres e nós paramos de brigar", conta.

Na sede da Associação, a comunidade se prepara para inaugurar um centro cultural. E lá onde acontecem as festas, como a de 4 de novembro, quando é antecipada a celebração pelo dia da consciência negra (20/11).

A presença dos jovens chama a atenção. Doquinho, 27 anos, o presidente da associação, reconhece que o processo de retomada das terras é lento e incerto e que o analfabetismo da maior parte da população ainda é um problema.

Além de representar os quilombolas junto aos governos, orientar sobre o acesso a documentação básica, a benefícios sociais e reivindicar eficácia nas políticas públicas, a Associação possui um trator e máquinas que são usadas pela comunidade mediante o pagamento de taxas de manutenção, a custos menores do que os praticados pelo mercado.



"O nosso papel é contribuir para mobilizar a comunidade e conscientizá-la sobre sua identidade quilombola", diz. Para ele, a sonhada titularidade das terras vai depender da pressão do povo sobre os governantes e da equipe técnica que estiver no Incra. "O pessoal é que vai ser o combustível, vão ter que cobrar, é disso que depende a titularidade. Tenho esperança de que vamos chegar lá. Os desafios são muitos, principalmente a falta de informação para assumir uma identidade cultural e saber quais são os nossos direitos enquanto cidadãos e enquanto quilombolas", completa.

Enquanto isso, Paula sonha em um dia não ter mais que passar humilhação. "Estamos

esperando que o nosso direito, que tem sido reconhecido, chegue até nós. Os que não agüentaram, já explodiram pelo mundo", lamenta.

A questão quilombola

A constituição brasileira, promulgada em 1988, reconhece que as comunidades remanescentes de quilombo têm direito à propriedade de suas terras e à manutenção de sua própria cultura. A preservação das manifestações culturais afro-brasileiras é responsabilidade do Estado.

O processo de identificação de uma comunidade quilombola e a regulação fundiária envolve o Ministério do Desenvolvimento agrário, por meio do Incra (identifica, delimita, demarca e concede a titulação de terras quilombolas) e a Fundação Palmares (investiga, reconhece e preserva a identidade cultural dos quilombos).

Foi criado o programa Brasil Quilombola, um conjunto de ações que visa promover o desenvolvimento sustentável destas comunidades. O acesso à políticas públicas tem sido ampliado a partir de projetos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Cerca de 7 mil famílias quilombolas distribuídas em sete estados brasileiros recebem benefícios do programa Bolsa Família. A construção de cisternas para armazenamento da água da chuva em municípios do semi-árido e distribuição de cestas de alimentos são algumas ações do programa na área de segurança alimentar.



A tomada da terra e a luta por direitos em Gorutuba

Em meados da década de 60, fazendeiros começaram a cercar as terras e a expulsar as famílias que viviam às margens do Rio Gorutuba respaldados por documentos fabricados em cartórios. As terras da caatinga e as vazantes do rio foram cercadas pelos novos donos e os quilombolas perderam o território onde plantavam sua subsistência, o que transformou definitivamente o estilo de vida dos agricultores familiares.

A população ocupa hoje as franjas estreitas ao longo do Rio Gorutuba e Pacuí. O índice de analfabetismo na região é de 60%, somente 40% da população têm acesso à água nas proximidades do domicílio. A imensa maioria não possui nenhum tipo de instalação sanitária. Os índices de mortalidade infantil na região são altos, em torno de 150 mortes por mil nascidos vivos, bem como a ocorrência de doenças endêmicas.

Atualmente, as águas do rio são usadas para irrigar monocultura de frutas – caju, cajá, banana, melancia –, o que contribui para a diminuição de sua vazante e impacta na segurança alimentar das famílias quilombolas. Mesmo assim, o projeto de fruticultura irrigada é considerado um caso de sucesso para o desenvolvimento da região pelo Ministério da Integração Nacional

A comunidade foi reconhecida pela Fundação Palmares como remanescente de quilombos e, assim como outras comunidades tradicionais, vem demandando junto ao Incra, ao Ministério do Desenvolvimento Social e ao Governo do Estado de Minas Gerais o reconhecimento social e territorial. Desde então, o Incra vem cadastrando lentamente as famílias para a

regularização da situação fundiária e retomada das terras ancestrais com base no Artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. O processo de reapropriação do território está sendo acompanhado por meio de uma parceria do Centro de Agricultura Alternativa Norte de Minas com o projeto Balcão de Direitos, da Comissão Pastoral da Terra de Minas Gerais e a Cáritas Diocesana de Janaúba, que realiza os encaminhamentos jurídicos necessários para a regularização fundiária.

A ActionAid apóia o CAA/NM no fortalecimento institucional da Associação Quilombola a fim de promover a participação dos quilombolas na luta pelo acesso aos direitos básicos, como segurança alimentar, saúde, educação, trabalho, moradia e território. O trabalho de formação e capacitação de lideranças resultou na maior visibilidade e na participação dos quilombolas na construção de propostas políticas diferenciadas e em espaços como a Comissão Nacional de Populações Quilombolas, Federação Quilombola do Estado de Minas Gerais, Coordenação Nacional de Quilombos e Rede Africana de Biodiversidade.